

A redescoberta das “Descobertas” portuguesas de Quinhentos

Por [Jorge Nascimento Rodrigues](#) em 2 Julho 2011

Os períodos de crise profunda internacional e nacional são sempre momentos de encruzilhada na forma como um país projeta a sua imagem no mundo e o seu povo constrói o simbólico que o inspira na atividade política e económica.

Esses momentos são cíclicos e o padrão de opções no menu de comportamento repete-se: entre o pessimismo militante e a ideia de fim de nação cultivada por uma parte das elites, ao seguidismo voluntarista de “bom aluno” dos ventos dominantes no espaço geopolítico em que o país se foi inserindo ao longo da história, até à rutura, porventura a opção sempre mais difícil e arriscada, de procurar ou redescobrir a identidade num mundo globalizado, de afirmar o que é único e faz a diferença no contexto mundial.

A investigação da história geopolítica e económica portuguesa desde as reuniões do núcleo duro de decisão estratégica do Mestre de Aviz em Torres Vedras em 1412 revela que Portugal tem algo de distintivo que foi construído num processo evolutivo ao longo de várias gerações até 1520. Esse traço único é o facto de ter sido o pioneiro da globalização.

Mais do que a resiliência de um estado dos mais antigos da Europa, cujas fronteiras se mantém praticamente as mesmas desde 1297, o que nos distingue é o pioneirismo nesse fenómeno geopolítico e geoeconómico que foi batizado, desde os anos 1960, quando entrou no dicionário inglês Webster, como globalização.

Apesar do termo ser relativamente recente, o fenómeno é antigo e a sua explicação é menos sofisticada do que aparenta. Globalização, sublinhou o professor Joseph Nye, “significa redes de interdependência a nível de distâncias intercontinentais”. Os portugueses foram os primeiros a criá-las de um modo sistemático e sustentado entre o Atlântico, o Índico e o Pacífico no espaço de pouco mais de um século, unindo em rede os principais espaços económicos e geopolíticos do mundo de Quinhentos, apesar do processo de gestação desse fenómeno ser longo, e ter tido diversos precursores desde o século VIII a.C., como recorda o professor George Modelsky.

Conhecido como o período das “Descobertas” pelas caravelas e marinheiros que partiram de Lagos e do Tejo, ele encerra mais do que a visão idílica e messiânica de uma “missão portuguesa” predestinada de missionação, aventureirismo, coragem física e heroicidade com uma grande dose de loucura que começou a ser alimentada desde 1450 pelos cronistas oficiais e que teve o seu apogeu ideológico durante o período do projeto imperial manuelino, pela pena de Duarte Galvão, e depois, no início do declínio, no reinado de Dom João III, com João de Barros e Damião de Góis. No período da luta contra a monarquia dual filipina e durante a restauração da coroa portuguesa no século XVII e já no século XX com a ditadura salazarista, o simbólico messiânico foi transformado em doutrina de estado.

Mas a solução não é deitar o bebé com a água suja do banho. O que se exige é redescobrir esse passado e reconstruir um discurso simbólico baseado no pioneirismo da

globalização, que, em particular, seja útil para as gerações que fazem da iniciativa empreendedora e de uma visão globalista a sua vocação.

A Matriz das Descobertas

Na investigação que realizámos com o professor Tessaleno Devezas para o projeto “[Portugal, Pioneiro da Globalização](#)” (cuja primeira edição saiu em maio de 2007, ainda antes do eclodir furioso da crise financeira), encontrámos 10 “ingredientes” na atuação dos políticos, dos nautas, dos cientistas, dos homens de negócio e dos militares dessa época, a que chamámos da “Matriz das Descobertas”, uma espécie de ADN do que pode ser hoje, num mundo globalizado por excelência, uma “cartilha” própria.

Dois dos ingredientes mais impressionantes que encontrámos nesse processo de século e meio foram o “intento estratégico” e a “inteligência contextual”, utilizando conceitos atuais.

Não basta ter uma visão – na época, a rutura introduzida, desde as famosas reuniões de Torres Vedras em 1412 e depois no castelo de Sintra, pelo Mestre de Aviz e pelo seu núcleo duro, da necessidade do país se lançar na projeção global.

Essa rutura é o que hoje chamaríamos um “pensamento fora da caixa”. Em termos simples, olhar para fora do terreno de competição geopolítica da época no continente europeu, onde dominavam guerras intestinas, e do Mediterrâneo, então hegemonizado por uma espécie de G3, três grandes potências expansionistas, Veneza e o império mameluco do Egito em aliança com os turcos otomanos.

O golpe estratégico sobre o estreito que liga o Mediterrâneo ao Atlântico, absolutamente surpreendente para as potências ribeirinhas do grande “Lago”, marcou em Ceuta em 1415 o processo português de projeção global. Foi o legado fundador do monarca com maior longevidade da história portuguesa, o Mestre de Aviz.

Era, no começo, uma estratégia de “proximidade” em termos geopolíticos, complementada pelo curso atlântico, mas que em trinta anos se transformou na procura dos caminhos de um aliado mítico distante (o “Preste João das Índias”) e de um espaço geopolítico e geoeconómico designado por “Índias” cujos contornos se foram aclarando desde as navegações a partir de Lagos, dirigidas pelo infante Henrique e pela sabedoria globalista do infante e regente Pedro, aos saltos qualitativos dados pelo Príncipe Perfeito e pelo seu sucessor e primo Dom Manuel.

Mas é preciso enroupar a visão com clareza, focalização e inspiração, como referiam Gary Hamel e o falecido C. K. Prahalad quando em 1985 recuperaram para o management o conceito de “intento estratégico”. O intento estratégico é o que é perene, pois, como o processo desde as reuniões de Torres Vedras até Malaca e às Ilhas das Especiarias revela, as estratégias vão mudando, como se fossem plasticina, de acordo com a realidade.

Uma mesma visão e um mesmo intento estratégico alojam, sempre, diversas estratégias geopolíticas e vários modelos de negócio e grupos liderantes, diríamos hoje. A conquista de Ceuta, a procura do ouro e da ilusão dos afluentes do Nilo ao longo da costa africana até ao Golfo da Guiné, a atribulada demanda do caminho marítimo para a

Índia e depois o projeto imperial manuelino de projeção global do Mediterrâneo ao Pacífico foram momentos diferentes dentro de um mesmo chapéu. O modelo de negócio henriquino do curso atlântico e da escravatura foi diferente do ciclo do ouro da Mina e distinto do ciclo das especiarias, como magistralmente analisou e documentou J. Lúcio de Azevedo nos anos 1920.

Mas esta volubilidade estratégica exige um outro ingrediente fundamental – o que chamamos hoje de inteligência contextual. Foram Nitin Nohria e Anthony Mayo que em 2005 trabalharam na área do management esse conceito. O professor Nye, a que já nos referimos, estendeu esse conceito ao exercício do poder e em particular à geopolítica. Essa inteligência é a capacidade de usar “o fluxo de acontecimentos com vista a implementar um intento estratégico”. O que exige uma grande abertura à realidade, à contingência e às surpresas. O que requer a tal plasticidade política e de gestão, que permite “surfear” – como diz Nye – as “janelas de oportunidade”.

Face ao acaso e à contingência, que sempre dominam a realidade, não basta “trabalhar, trabalhar, trabalhar”, como às vezes se diz com grande popularidade. É indispensável perceber as tendências, aprender, aprender, aprender com o *feedback* da realidade, e mudar de estratégias rapidamente – algo que exige o tal 1% de inspiração, de rasgo, sem o qual os 99% de transpiração servem apenas para sujar a camisa. Só, assim, se tira proveito da sorte ou se contornam os azares, com mérito próprio, como diz Nye.

Um outro ingrediente que andou como irmão desta inteligência contextual foi o que, sofisticadamente em gestão, se chama de “improviso organizacional”, ou, trocado por miúdos, o célebre “desenrascanço” português. É, sem dúvida, um património visível na logística impressionante da época que defrontava uma enorme ignorância dos mares nunca dantes navegados, nos ziguezagues de muitas batalhas navais cruciais para a afirmação do domínio hegemónico, na própria busca de soluções políticas num mundo muito diferente do europeu, e no próprio acicate para a inovação científica e tecnológica que suportou a expansão.

A inovação geopolítica mais relevante

Estes ingredientes que referimos formam como que um ecossistema que se autoalimenta. Um dos “produtos” desse processo de um século das Descobertas e deste ecossistema foi a inovação geopolítica mais importante da globalização – a criação do que os historiadores Luiz Filipe Thomaz e Jean Aubin, já falecido, designaram por primeiro “império em rede”. Mais tarde copiado pelos hegemónistas seguintes.

Este conceito em “rede” implicava um conjunto de elos que permitiram a sustentabilidade do processo: a noção da necessidade de posicionamento estratégico nos pontos críticos das grandes rotas geo-económicas, a consolidação de *hubs* não só económicos como políticos e militares, uma capacidade marítima com alta mobilidade e com inovação técnico-militar que permitiu a vantagem, e a própria noção institucional de um poder político distribuído e predominantemente marítimo que permitia a consonância estratégica – mesmo quando surgiam divergências discutidas, por vezes, com um ano a dois anos de espaço – entre Lisboa, Goa e Malaca.

Esta noção de projeção global em rede acarreta modernamente dois atributos: a visão e vocação globalistas e a noção de geometria variável. Os portugueses sempre se

afirmaram quando olharam para além do umbigo ou da sua zona de conforto e de proximidade, e quando não se deixaram afunilar neste ou naquele destino particular.

Uma herança surpreendente

Este processo das “Descobertas” trouxe, também, uma herança, surpreendente mais de 500 anos depois: os portugueses foram os primeiros europeus que sistematicamente se relacionaram com quatro das potências emergentes do século XXI, o Brasil, a África do Sul, a China e a Índia.

Finalmente, há uma lição histórica que sempre se repetiu ao longo dos séculos. A “condição portuguesa”, na geografia política do mundo, é a de um *shatterbelt* europeu e atlântico, na periferia ocidental da Europa e como frente atlântica da Península Ibérica, uma zona sempre sujeita ao embate e disputa de grandes potências continentais ou marítimas.

Esta condição pode ser, sempre, encarada de dois ângulos: a visão fatalista de um espaço condenado a ser protetorado ou dependência das potências na ofensiva ou incumbentes, ou a visão Quinhentista de plataforma de projeção, naturalmente, nos tempos atuais, despida da noção imperial e da violência da época joanina e manuelina.

Texto original para a Revista Empreder, Açores.